



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 26 de Novembro de 2019  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1776



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



### ATA DA SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MONTE CARMELO- GESTÃO 10/01/2020 A

10/01/2024. Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas da manhã, no Plenário da Câmara Municipal de Monte Carmelo à Avenida Dona Clara, nº 36 – bairro Langoni, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo, vinculado à Secretaria de Trabalho e Ação Social, no uso de suas atribuições legais conforme determina a Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 1.477/2018 e Resolução Editalícia nº 001/2019 publicado no Diário Oficial do Município em cinco de abril do presente ano, que regulamenta o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares do Município de Monte Carmelo para Gestão de 2020/2023, neste ato público diploma os conselheiros tutelares titulares e suplentes homologados na Resolução CMDCA nº 108/2019. Pelos Conselheiros Tutelares Eleitos Titulares e Suplentes, firma-se o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas competências, os direitos das crianças e dos adolescentes estabelecidos na legislação vigente, tendo as autoridades e comunidade presente como testemunhas deste ato solene. O Conselho Tutelar, Gestão 2020/2023, fica composto pelos Conselheiros Tutelares: Iara Carolina Brito Carvalho, Nathalia Aparecida e Silva Borges, Rosiane do Prado França, Ozeia de Paula Oliveira e Wesley Willian Pinto e Silva, seguido pelos seus respectivos suplentes pela ordem de classificação. Comunica-se ao Prefeito de Monte Carmelo para providências de nomeação dos Conselheiros Tutelares Titulares em cinco dias úteis, onde serão empossados dia 10 de janeiro de 2020, conforme Resolução nº 170 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Resolução Editalícia nº 001/2019. Sem mais nada a tratar, eu, Patrícia Matias Diogo, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes, fixada no caderno de Atas do CMDCA e publicada.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### RECOMENDAÇÃO

PROPS n. MPMG-0431.19.000059-3

EMENTA: Processo de escolha unificado de Conselheiros Tutelares. Capacitação de membros escolhidos no processo unificado de 2015. Responsabilidade do CMDCA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, com fundamento no art. 201, §5º, “c” e art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93 e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da CF).

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF).

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão responsável pela tutela dos interesses indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos relativos à infância e à adolescência, na forma do art. 201, V e VIII do ECA.

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, §5º, “c”, do ECA, compete ao Ministério Público efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.

CONSIDERANDO que consoante previsão do art. 88, inciso II, do ECA, o CMDCA é o órgão formulador, deliberador e controlador da política de atendimento dos direitos infantojuvenis;

CONSIDERANDO que o art. 7º, §1º, “c”, da Res. nº 170/CONANDA estabelece que o edital do processo de escolha de conselheiros tutelares deve prever formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

CONSIDERANDO que, conforme disposições dos arts. 88, IV e 260, § 2º, ambos da Lei Federal nº 8.069/90, o Fundo da Infância e Juventude – FIA – é vinculado ao CMDCA, a quem cabe deliberar, por meio de planos de ação e aplicação, a distribuição dos seus recursos, que somente podem ser usados para ações diretamente relacionadas à Infância e Juventude.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320/64, o FIA (que tem natureza jurídica de fundo especial) reúne verbas destinadas a objetivos determinados, segundo princípios e regras próprios.

CONSIDERANDO que o CMDCA é o detentor único do poder de gestão e disposição dos recursos do FIA, cabendo-lhe exclusivamente estabelecer os critérios para aplicação dos recursos financeiros do fundo, tendo como amparo legal os arts. 88, inciso IV, 214, *caput*, e 260, § 2º, todos do ECA.

CONSIDERANDO que o art. 15, IV, da Res. nº 137/CONANDA estabelece que a aplicação dos recursos do FIA, deliberada pelo CMDCA, deverá ser destinada ao financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, como os conselheiros tutelares.

CONSIDERANDO que os recursos do FIA devem ser geridos e aplicados de acordo com os princípios constitucionais e legais que regem os orçamentos públicos (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), estando sujeitos aos comandos legais da Lei 4320/64 (art. 71), Lei nº 8.666/93 (art. 1º, parágrafo único) e Lei 8429/92.

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 49, da Res. nº 170/CONANDA, o CMDCA, deve estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros.

RECOMENDA ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo, na pessoa de seu Presidente, o Sr. Daniel Dias de Oliveira, que realize capacitação dos membros escolhidos como titulares e suplentes do Conselho Tutelar (mandato 2020/2023), preferencialmente antes da data da posse dos novos conselheiros (10/01/2020).

Nos termos do art. 27, parágrafo único, IV da Lei 8625/93, REQUISITO, no prazo de 10 dias, que o CMDCA apresente a esta Promotoria comprovação da adoção da medida recomendada ou justifique as razões para não fazê-lo. REQUISITO, ainda, no mesmo prazo, ao CMDCA, a divulgação desta recomendação nos meios de comunicação locais destinados à publicação dos atos oficiais.

Cientifique-se o Conselho Tutelar para conhecimento.

Monte Carmelo, 19 de novembro de 2019.

SHYMENE SILVA QUEIROZ

Promotora de Justiça

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)